

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

para casamentos, baptiza casamentos, bapti para casamentos, baptiza casamentos, bapti
santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E
nua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua
mida Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante
te e do excellent chocolate e do excellent chocolate e do excellent chocolate
hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em
S, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos
milla Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Cia
J. Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691
ha de docemente de 2 anos, docemente de 2 anos, docemente de 2 anos, docemente de 2
Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem
especialidades em doces, especialidades em doces, especialidades em doces, especialidades em doces
para casamentos, bapti para casamentos, bapti para casamentos, bapti para casamentos, bapti
santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E
nua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua
mida Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante
te e do excellent chocolate e do excellent chocolate e do excellent chocolate
hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em
S, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos
milla Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Cia
J. Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691





**Obra publicada pela
Universidade Federal de Pelotas**

Reitor: Prof. Antonio Cesar G. Borges
Vice-Reitor: Prof. Telmo Pagana
Xavier

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Vitor Hugo Borba Manzke

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Eliana Póvoas Brito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Manoel de Souza Maia

Pró-Reitor Administrativo: Francisco Carlos Gomes Luzzardi

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Élio Paulo Zonta

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Volmar Geraldo da Silva Nunes

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Antonio Jorge Amaral Bezerra

Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara

Prof. Dra. Isabel Porto Nogueira

Prof. Dr. José Justino Faleiros

Profa. Lígia Antunes Leivas

Profa. Dra. Neusa Mariza Leite Rodrigues Felix

Prof. Dr. Renato Luiz Mello Varoto

Prof. Ms. Valter Eliogabalos Azambuja

Prof. Dr. Volmar Geraldo Nunes

Prof. Dr. Wilson Marcelino Miranda

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Vice-Diretor: Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Membros do NDH:

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Jr.

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Técnicos Administrativos:

- Paulo Luiz Crizel Koschier

- Ivoni Fuentes Motta

HISTÓRIA EM REVISTA

Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temistocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Editora:

Profª. Dra. Lorena Almeida Gill

Editoração e Capa:

Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2008

ISSN – 1516-2095

Tiragem: 300 exemplares

Dados de catalogação na fonte:

Ayde Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.14, (dez. 2008). – Pelotas: Editora da UFPel, 2008.
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

IMAGEM DA CAPA: Praça Coronel Pedro Osório (Pelotas/RS), do livro "Rio Grande do Sul: Imagens da Terra Gaúcha", de Morency do Couto e Silva, 1942 (Acervo da Biblioteca de Ciências Sociais da UFPel).

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 – 5523 (r. 204)

Fone/Fax: (53) 3278-6765

<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh>

e-mail: ndh@ufpel.edu.br

SENSIBILIDADES EM CONTATO INEVITÁVEL: *TÁTICAS* DE NEGOCIAÇÃO DA DEVOÇÃO EM PORTO ALEGRE/RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX*

Feelings in inevitable contact: the negotiation tactics of devotion in the city of
Porto Alegre/ Rio Grande do Sul, in the XIXth

Mauro Dillmann*

Resumo: Este artigo analisa as interações entre as irmandades religiosas e um Bispo católico reformador, em Porto Alegre, capital da Província do Rio Grande do Sul, no século XIX. O texto procura desvendar as *táticas* de negociação da devoção, a partir do referencial teórico-conceitual de Michel de Certeau. Verifica-se, então, a apropriação das normas e discursos da Igreja pelos leigos, o contato cotidiano e a presença do Bispo nas festas promovidas pelas irmandades, a adoção do prelado como protetor e as disputas e competitividades entre as entidades na promoção da religiosidade com visibilidade pública. Desse modo, diante de um contato inevitável entre irmandades e Bispo, pôde-se constatar - com aproximação e apoio nas reflexões da Antropologia - que se conformou um rearranjo da sensibilidade religiosa dos fiéis irmanados

Palavras-chave: Igreja Católica. Irmandades. *Táticas*. Porto Alegre. Século XIX.

“A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. [...] A tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ (...) e no espaço por ele controlado.” (Certeau, 1994, p.100)

Igreja Católica e irmandades religiosas nem sempre falaram a mesma linguagem em termos de expressão da devoção no Brasil. Organizadas por leigos para cultuar santos ou invocações da Virgem e de Jesus, estas associações funcionavam, desde o período colonial, independentes do controle direto da Igreja, pois embora estivessem, em parte, sob sua competência, possuíam grande margem de autonomia.

No Rio Grande do Sul – território de colonização tardia, se

* A expressão “sensibilidade em contato inevitável” foi inspirada livremente no artigo do antropólogo Clifford Geertz que ao refletir sobre a diversidade cultural nas sociedades complexas falou em “sensibilidades conflitantes em contato inevitável”. GEERTZ, C, 1999, p. 25.

* Mestre em História pela Unisinos/RS. E-mail: mauro_dillmann@terra.com.br

comparado ao restante do país –, especialmente na cidade de Porto Alegre, as principais irmandades estiveram presentes desde sua instalação como capital, em 1773. Santíssimo Sacramento, São Miguel e Almas, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição dividiam o espaço urbano e os fiéis católicos entre uma população que não ultrapassava 1.500 habitantes na segunda metade do XVIII (SPALDING, 1967, p.51). Ao longo do século seguinte, muitas outras irmandades e devoções foram fundadas, acompanhando o crescimento populacional e a urbanização da cidade.

Até meados do século XIX, a Província de São Pedro esteve longe geograficamente da sede do seu Bispado que ficava no Rio de Janeiro, dificultando o acompanhamento eclesiástico da vivência da fé que estava à cargo das confrarias¹. Mas foi a partir desse período que a Igreja buscou reformar-se, visando a uma universalização das manifestações de culto e devoção, as quais deveriam seguir as diretrizes romanas. Essa reforma na disciplina e fé católicas estava apoiada nas diretrizes do Papa romano e ficou conhecida como Reforma Católica, Romanização ou Ultramontanismo,

No Império do Brasil, a Igreja Católica clamou para si – em contraposição ao Estado – a ampliação de seus poderes de decisão sobre o âmbito da vida religiosa. Foi neste período de implementação da reforma ultramontana, que as irmandades, necessariamente, precisaram se (re)organizar na sua prática religiosa.

Partindo da relação que as irmandades de São Miguel e Almas, de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário mantiveram com o Bispo ultramontano D. Sebastião Dias Laranjeira, durante o seu Bispado entre 1861 e 1888, pretende-se identificar as *táticas* de negociação empregadas, especificamente, pelas irmandades para garantir a manutenção de manifestações devocionais tradicionais. As irmandades religiosas foram alvo da atuação normatizadora ultramontana do Bispo, mas suas *táticas* de negociação tornaram possível o incremento das relações entre as próprias irmandades e devoções e a convivência entre estas e o Bispo. O objetivo deste artigo é demonstrar justamente esse processo de negociação entre a religiosidade proposta pela Restauração Católica e a vivenciada pelos devotos a partir das confrarias.

Partindo da constatação de que, na segunda metade do século XIX, as irmandades porto-alegrenses passaram a conviver e a se relacionar de maneira mais intensa não apenas entre si, mas, também, com o Bispado, o Cabido (fundamentalmente, a corporação de clérigos auxiliares na administração

¹ Os termos irmandade e confraria são aqui tomados como sinônimos.

diocesana) e os vigários, defende-se a idéia de que esta convivência permitiu que as práticas de devoção fossem construídas e reconstruídas na dinâmica própria desta interação. A intenção é contribuir com a historiografia dedicada ao tema da relação entre Igreja e irmandades religiosas bem como reforçar as especificidades destas relações para o entendimento da religiosidade no sul do Brasil².

Para avançar nestas questões, dispõe-se de várias referências documentais, desde documentos internos, produzidos pelos fiéis, como as atas de reuniões das irmandades, que informam sobre práticas cotidianas tratadas pelas associações, Livros de Registros, de Receitas e Despesas, compromissos, apêndices e resoluções, até os registros eclesiásticos, como jornais e cartas.

A interação advinda do contato inevitável entre as irmandades e o Bispo possibilitou a troca, a influência mútua e as apropriações recíprocas de modos de expressão da devoção. Considerando que a devoção nasce da crença no poder sobrenatural daquilo que é cultuado (PEREIRA, 2003) e é o sentimento de ligação, dedicação, afeição e veneração do devoto com o santo de devoção, é preciso deixar claro que a abordagem aqui empreendida se aproxima da história das sensibilidades, da tentativa de averiguação das expressões coletivas e individuais dos sentimentos. Nesse sentido, como lembra a historiadora Eliane Fleck, talvez “a única forma de medir sensibilidades se dê por uma avaliação de sua capacidade mobilizadora, isto porque demonstram sua presença ou eficácia pela reação que são capazes de provocar, através das nuances e formas de exteriorizar ou de esconder os sentimentos” (FLECK, 2006, p. 219). E como destacou Sandra Pesavento, a sensibilidade pode ser captada a partir do indivíduo que “pela reação do sentir, expõe o seu íntimo”, propiciando uma “leitura da alma”, mas também pode ser “compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica” (PESAVENTO, 2007).

As manifestações de ordem religiosa são criativas e expressas pelo social a partir de crenças, sentimentos e emoções, ou seja, de códigos de vivência que são “plenamente sociais”. Portanto, evita-se aqui partir dos grupos sociais, rompendo com “uma concepção mutilada do social” (CHARTIER, 2002), com atenção à não-redução dos sentidos para as normas apropriadas nas interações. Isto significa que não será privilegiado um recorte único que coloque de um lado o Bispo e de outro as irmandades, como sendo necessariamente grupos opostos e diferenciados em suas condutas religiosas,

² Apenas recentemente a historiografia tem dedicado atenção aos aspectos da sensibilidade religiosa da população sul-rio-grandense. Dois bons exemplos são: NASCIMENTO (2006); KARSBURG (2007).

porquanto esta seria uma concepção “mutilada do social”.

Nesse sentido, no âmbito da história cultural, faz-se uma aproximação com as reflexões teóricas da Antropologia para bem justificar a atualização das práticas culturais – religiosas – no contato. Segundo a antropóloga Eunice Durham, “toda análise de fenômenos culturais é necessariamente análise da dinâmica cultural, isto é, do processo permanente de reorganização das representações na prática social, representações estas que são simultaneamente condição e produto desta prática”, sendo que ao lado da produção cultural existe uma “reelaboração de significados” (DURHAM, 2004, p.231). Estas atualizações culturais, conforme Marshall Sahlins, ocorrem na ação, na prática, com categorias mobilizadas de acordo com a situação e o contexto. Portanto, as irmandades religiosas, nesta perspectiva, modificaram suas ações e manifestações devocionais, atualizando suas práticas no novo contexto, o Bispoado de Dom Sebastião.

Existiram, certamente, tensões inevitáveis diante das opções de manter ou mudar, na medida em que o proposto pelo Bispo e o defendido pelos leigos se confrontavam. Como destacou Eduardo Hoornaert, há “diversas maneiras de ser católico”, “diferentes sistemas de tradução do cristianismo”, que se expressavam não somente nas diferenciações de organização da prática religiosa entre a Igreja e as associações, mas também entre as próprias irmandades, uma vez que atendiam diferentes segmentos sociais daquela sociedade hierarquizada, que acabavam por expressar, de forma diversificada, os seus sentimentos religiosos. Por outro lado, algumas práticas religiosas puderam ser compartilhadas, porque comuns à representação católica institucionalizada naquele momento histórico e também porque faziam sentido para as irmandades, pois os sentimentos religiosos não eram completamente diferenciados. A Igreja sempre defendeu o culto e reverência aos santos, do mesmo modo que estas eram funções dos leigos organizados em irmandades.

A perspectiva antropológica permite pensar a negociação como a investigação de como os “elementos externos foram relidos pelas culturas locais, não só porque revelavam imposição política, mas, também, porque faziam sentido em determinado contexto, em si significativo” (SCHWARCZ, 2005). Os devotos leigos promoveram a configuração de formas peculiares de manifestações dos sentimentos religiosos, valendo-se de criatividade e de sua condição de agentes da devoção, face à força inegável e sempre presente do Bispo.

Para a “reconstrução da devoção” foi determinante o aumento do número de irmandades, devoções, igrejas e capelas a partir do aumento populacional e do crescimento urbano. Para desvendá-las, reporta-se ao

referencial teórico-conceitual de Michel de Certeau, para quem uma *tática* joga com os acontecimentos para transformá-los em “ocasiões”, sendo que é nas práticas cotidianas que o fraco tira partido de forças que lhes são estranhas. As *táticas* são empregadas em momentos oportunos, pois uma *tática*, “deve jogar com o terreno que lhe é imposto”, uma vez que é “movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ (...) e no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 1994, p.100). Diante da força de ação ultramontana para implementar reformas no culto, freqüentemente ininteligíveis para as associações religiosas, foi preciso decidir pela negociação, pela acomodação criativa nas “maneiras de fazer”³, embora a Igreja – em seus discursos – não a legitimasse, na maioria das vezes.

Para as confrarias, a fronteira religiosa com a Igreja, representando a religião institucionalizada, não se apresentava como um lugar distinto (CERTEAU, 1994), pois as entidades religiosas se entendiam inseridas na Igreja. Irmandades eram associações religiosas católicas que reverenciavam um santo, mas credenciavam confiança ao Bispo, ao Papa e aos princípios da “santa religião”. Mantinham uma íntima relação com o Bispo, com os párocos e com os membros do Cabido, que também eram responsáveis pelo atendimento religioso da população de Porto Alegre e tinham compromissos religiosos a cumprir com os fiéis. A hierarquia eclesiástica identificada com o ultramontanismo esperava controlar melhor as práticas religiosas dos devotos das irmandades, mas estas continuavam mantendo sua autonomia.

O contato favoreceu a apropriação⁴, por parte das irmandades, de elementos ultramontanos que visavam à reforma do catolicismo em suas expressões de fé. Esta foi, sem dúvida, uma das *táticas* utilizadas pelas irmandades. As determinações do Bispo eram acatadas pelas confrarias que as praticavam e as compartilhavam a partir de códigos de conduta aceitos. Em primeiro lugar, para os leigos, a presença de um Bispo reformador como D. Sebastião Dias Laranjeira, a partir de 1861, representou um momento de acordos e de negociação e a necessidade de criar mecanismos de ação no terreno controlado pelo diocesano. A propósito desta reflexão, considera-se oportuno resgatar uma afirmação de Chartier, para quem “as práticas de apropriação sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas” (CHARTIER, 1992, p.234).

³ Para Certeau, “maneiras de fazer” são práticas através das quais os indivíduos se reapropriam do espaço sócio-cultural.

⁴ Para Roger Chartier, a apropriação visa a uma “história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem” (2002, p. 68).

A apropriação do discurso ultramontano por parte das irmandades constitui em si uma *tática* de negociação e se desdobra em outras, especialmente sobre a organização das festas e suas práticas, e também na busca pelo protetorado do Bispo, pelo reconhecimento deste de que as associações eram locais de cumprimento dos preceitos religiosos e pela maior ênfase dada aos vigários como representatividade religiosa.

Em 1861, poucos meses após assumir o Bispado da Província, Dom Sebastião foi homenageado com um *Te Deum* pela irmandade do Rosário, que naquela ocasião realizava uma grandiosa festa. Sem perder a oportunidade, o Bispo advertiria os irmãos em relação aos *abusos* cometidos nessas comemorações:

Advertimos (...) que a procissão deve ser feita e dirigida com toda solenidade e decência que requer a santidade desse ato. Reprovamos inteiramente e proibimos o abusivo costume aqui introduzido de ser a Sacra Imagem, objeto de solenidade, conduzida à porta do festeiro ou de quem quer que seja, em sinal de homenagem, que a ninguém deve ser feita com coisa santa. Esperamos e muito confiamos da piedade da Mesa Administrativa de Nossa Senhora do Rosário que esta nossa prescrição seja literalmente observada, porquanto salta aos olhos de todos a indecência e desrespeito que consigo traz este costume. (Apud BAREA, 2004, p.141)

Na década seguinte, em 1878, a irmandade da Conceição resolveu fazer festa solene no dia da padroeira, com procissão e duas missas, tendo o juiz assumido os gastos com as novenas. Nesta ocasião a irmandade mobilizou-se, nomeando duas comissões: uma para convidar as autoridades e outra para tratar da garantia da boa execução da festa⁵. O adequado andamento das festas – de acordo com o projeto ultramontano – previa a ordem e a decência do comportamento dos fiéis nas ruas, e foi este o propósito acenado pela confraria da Conceição ao nomear uma das comissões. Esta atitude pode ser tomada como exemplo de conduta prevista pelas medidas de Dom Sebastião que foi incorporada pela confraria. Um exemplo de como as irmandades se apropriaram e até acataram as determinações ultramontanas, como a necessidade de demonstrar decência e ordem nas festas a ponto de nomear comissão para garantir tal finalidade, mas isto não implicou que abrissem mão da organização da procissão em si, com uso de tochas, músicos e foguetes.

Esta mesma irmandade, em função das obras em sua igreja, resolveu, em 1880, fechar as “duas portas da frente da Igreja que ficam embaixo das torres” para “vedar a entrada assaz inconveniente a todos quantos quiserem

⁵ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPOA), Livro de Atas da irmandade Nossa Senhora da Conceição 1878-1901, atas de 07 de novembro de 1878, fl. 2v-3v, e de 26 de novembro de 1878, fl. 3v,4.

em dias de festa invadir o consistório e a sacristia”⁶. Evitar os “inconvenientes” e manter a ordem nas ruas, durante as procissões e mesmo nos templos, eram determinações do Bispo para o bom andamento do culto, que ao serem apropriados pela irmandade evidenciam o processo de “acomodação criativa” da vivência religiosa.

No livro de receitas e despesas de 1875, a irmandade da Conceição registrou os gastos com “o aluguel de um carro que conduziu o Vigário para a Benção do sino”⁷. A condução de vigários e do próprio Bispo nos dias de festa ou em momentos especiais como este, atesta a negociação entre irmandade e Igreja para a exteriorização da devoção dos irmãos. Cabe lembrar que estes eram tempos em que as práticas rituais católicas tornavam-se mais bem aceitas pela população e em que o Bispo, mesmo discordando da “exteriorização ruidosa da fé” através do uso de alguns recursos durante as procissões pelas ruas (como o excessivo uso de foguetes), se apropriava dessa vivência da religiosidade pelos fiéis, dotando-a de um sentido ultramontano. O espaço das irmandades seria, gradativamente e, em conseqüência disso, também o espaço do Bispo, que garantia, assim, que as práticas devocionais das irmandades mantivessem a religiosidade sustentada na devoção aos santos e à virgem. As festas eram apreciadas pela população, e também por Dom Sebastião, que comparecia – e de forma assídua – a praticamente todas elas.

Em seu estudo sobre o ultramontanismo em São Paulo, Maria Aparecida Junqueira Gaeta afirmou que os padres romanizadores, “sem combater diretamente as devoções tradicionais”, “limitavam-se a não participar delas” (GAETA, 1997). Em Porto Alegre, contudo, isto não se verificou, pois o próprio Bispo Laranjeira participou ativamente das irmandades religiosas, inclusive de suas festividades, o que não o eximiu de formular críticas a partir de suas convicções e das determinações papais.

Se, por um lado, para as irmandades, a aceitação da presença do Bispo e de algumas de suas determinações consistiu numa *tática* de negociação, por outro, também o Bispo agiu de forma a fazer concessões às irmandades, especialmente, em relação a algumas das tradicionais manifestações dos fiéis. Este processo de negociação, contudo, não excluiu as críticas e as tentativas de controle das irmandades por parte do Bispo, sobretudo, em relação às suas festividades, mas a firme intenção do Bispo de participar dos momentos religiosos de cunho festivo fez com que ele abrandasse suas críticas, diante da

⁶ AHCMP OA, Livro de Atas da irmandade N.S. da Conceição. 1878-1901, Ata de 12 de novembro de 1880, fl.16v.

⁷ AHCMP OA, Livro de Receitas e Despesas N. S. da Conceição. 1866-1882, Despesa-1875, fl. 151-152.

manutenção de concepções religiosas, rituais e comportamentos tradicionais pelas irmandades.

Além da apropriação do discurso ultramontano para garantir a autonomia na organização de suas festas, as irmandades se utilizaram de outra *tática* para ter suas práticas religiosas legitimadas pela Igreja: tomar o Bispo Laranjeira como seu protetor.

No início de seu Bispado, Dom Sebastião tornou-se protetor da irmandade São Miguel e Almas. Num apêndice ao Compromisso, publicado em 1864 na legislação provincial, o primeiro capítulo, intitulado “Do protetorado”, afirmava:

Tendo S. Ex^a Revm^a o Sr. D. Sebastião Dias Laranjeira, Bispo desta Diocese, condedido a esta Irmandade, a graça de ser seu irmão Protetor, fica como preceito para a Irmandade, a impetração de semelhante graça aos sucessores de S. Ex^a Revm^a, sendo desta sorte o protetorado exclusivo aos Bispos desta Diocese⁸

A “concessão” feita pelo Bispo, ao aceitar ser protetor da irmandade, acompanhava o dever claramente enunciado de estender a “graça” aos seus sucessores, numa tentativa de dar continuidade à política de aproximação com estas associações que pareciam distanciadas. A intenção implícita era de controlar as práticas “profanas” das confrarias através da proximidade ou da presença marcante. Para a irmandade, a aceitação do Bispo como protetor consistia numa *tática* que permitia evitar um confronto desgastante entre ambos e acenava para a legitimidade de sua autonomia.

A irmandade do Rosário da cidade, por proposta de seu provedor, Lourenço Antônio da Soledade, propôs a elevação da confraria à categoria de Ordem Terceira⁹. Com o apoio do Bispo, a proposta do provedor foi encaminhada ao Papa Pio IX, que por sua vez, em Bula, aprovou somente a elevação da irmandade à arquiconfraria¹⁰. O ano era 1871 quando o Bispo

⁸ Apêndice ao Compromisso da irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas. Coleção das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Lei n. 568 de 12 de abril de 1864, capítulo I, artigo 1º, p. 15.

⁹ Segundo Caio Boschi, Ordens Terceiras são “associações pias que se preocupam, fundamentalmente, com a perfeição da vida cristã de seus membros” e “se vinculam a uma ordem religiosa, da qual extraem e adaptam regras para uma vida cristã no mundo” (Cf. BOSCHI, 1986, p. 19).

¹⁰ O prefixo “arqui” diante de “confraria” indica um grau de superioridade. Tornando-se uma arquiconfraria, esta associação adquiria o poder de agregação. Logo, passava a deter poderes de congregar em sua igreja não apenas sócios devotos à Nossa Senhora do Rosário como também outras confrarias. Na prática não havia grande diferenciação, pois esse poder de congregação estendia-se a outras irmandades que possuíam igreja própria, como Nossa Senhora da Conceição. Entretanto devemos considerar o *status* gerado pela designação, se comparado à

Laranjeira tornou-se o fundador e protetor da arquiconfraria do Rosário, o que lhe permitiu uma participação efetiva e um possível controle nas atividades da associação formada por leigos brancos e negros; mas o sentido foi duplo, já que figurou para os irmãos da confraria como um indicativo de prestígio à devoção por tão digna autoridade.

O compromisso para reger a arquiconfraria foi elaborado somente em 1883. Este documento atribuiu novas funções ao vigário, entre elas merece ser ressaltada a preocupação com o comparecimento dos irmãos às missas, pois o vigário devia “designar irmãos que mensalmente devem assistir à missa nos domingos e dias santificados, em número de quatro...”¹¹. Inicialmente, o capelão tinha como deveres a celebração de missas, o comparecimento às festividades, aos enterros e às procissões, entre outros. Mas, seguindo rigidamente os princípios romanizantes e reformadores, ele teve suas obrigações ampliadas: deveria “fazer o exercício da via-sacra em todas as sextas-feiras da quaresma”¹². Esse recente encargo dado ao capelão demonstrava a preocupação em reforçar os dogmas e a autoridade do Bispo, uma vez que a via-sacra era por ele conduzida. Ingerência do Bispo, mas também *tática* de negociação, já que a maior participação do vigário pode ser vista como um consentimento da irmandade.

A arquiconfraria do Rosário, em 1884, enviou um memorial ao Bispo Laranjeira, contendo um projeto para ser submetido à aprovação¹³. Interessa aqui destacar o item 8 do mesmo projeto, que previa que “A Mesa administrativa, sempre que resolver qualquer festividade, cientificará ao Pároco para concordarem na hora que deve começar”. Longe de entender este item como indicativo de submissão, prefere-se tomá-lo como uma apropriação do projeto ultramontano que conferiria legitimidade às manifestações religiosas da irmandade. Através desse projeto, a arquiconfraria estaria de acordo com a portaria com instruções aos atos religiosos expedida por Dom Sebastião em 1866, principalmente em seu artigo segundo:

As irmandades são obrigadas a ouvir antecipadamente os Revdos. Párcos sobre as festas, novenas, procissões, ou quaisquer outros atos religiosos que se quiserem celebrar, a fim de concordarem na hora, e maior ou menor solenidade,

Minas Gerais colonial – com todo o desenvolvimento confrarial que teve aquela Província - que no seu século de ouro, XVIII, teve apenas duas arquiconfrarias: São Francisco de Assis e Cordão do Seráfico São Francisco (BOSCHI, 1986, p. 18).

¹¹ Compromisso da Arquiconfraria Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, 1883, art.46°, § 12.

¹² Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, 1828, cap. 13°, art.131,132. Compromisso, 1883, art. 58°, §2.

¹³ O projeto definia e reafirmava “direitos” da confraria expressos no compromisso a partir de um conflito com o Vigário (BAREA, 2004, p.276-277).

de modo que nada falte, quer estes atos se celebrem nas Matrizes, quer em qualquer capela (Apud BAREA, 2004, p. 207)

Ao longo do XIX, sempre que oportuno, a Igreja divulgava através da sua imprensa aspectos considerados positivos de alteração das expressões de sensibilidade religiosa. O jornal eclesiástico *O Thabor* se referiu a uma “festividade religiosa” em abril de 1882 da seguinte maneira: “Felizmente ainda nestes tempos difíceis de indiferença religiosa, a fé não está extinta, o que se manifesta de quando em quando, no externato do culto religioso”¹⁴. As festas religiosas praticadas pelas irmandades, antes associadas às exterioridades profanas condenadas pela Igreja, passaram a ser vistas como práticas de devoção “verdadeira”, na medida em que diminuía a pomposidade e absorviam a participação do vigário, ganhando a Igreja como uma aliada. Esse maior destaque dado ao Vigário parece estar presente e ser uma constante em tudo o que diz respeito à organização religiosa das confrarias no período em questão, constituindo-se em resultado da eficácia da ação ultramontana. As irmandades, então, recriavam suas festas a partir do jogo de influências, não sendo, portanto, necessário identificar a diminuição da pomposidade e exterioridade como declínio das irmandades, mas como adaptação a um novo contexto.

Em tempos de crise evidente entre Monarquia e Igreja Católica, o reconhecimento por parte da Igreja do potencial religioso das festas promovidas pelas irmandades foi um mecanismo de fortalecimento do catolicismo, uma vez que estas festividades passaram a ser necessárias, úteis e a ocupar um reconhecimento eclesiástico antes inexistente. Em Porto Alegre, a imprensa eclesiástica chegou a afirmar que “a fé não está extinta”, um reconhecimento, portanto, das festas confrariais enquanto portadoras de uma sensibilidade religiosa e devocional.

Nesse processo, é preciso ressaltar, tanto a Igreja tornou-se mais flexível em seus juízos sobre as experiências religiosas vivenciadas pelos devotos nas festividades e demais celebrações religiosas, quanto as irmandades procuraram assimilar as ordenações e comportamentos previstos pelo catolicismo romanizado, recriando-o.

Num contexto de expansão do ultramontanismo na Província, as disputas e os desentendimentos entre irmandades, envolvidas numa evidente competitividade, evidenciavam a conformação de *táticas* por parte das confrarias, interessadas que estavam em obter o reconhecimento do Bispado de que suas associações eram autênticas zeladoras da religiosidade da

¹⁴ AHCMPPOA, *O Thabor*, ano 1, n.34, 29 de abril de 1882, “Festividade religiosa”, fl.3.

população.

Tratando-se de disputas, não se pode deixar de citar aquelas relativas à precedência nas procissões, que segundo Mara Nascimento, foi um antigo costume entre as irmandades e devoções e consistia “em um privilégio disputadíssimo” (NASCIMENTO, 2006, p.60). Esta disputa se dava em torno dos lugares ocupados nos cortejos, sendo muito mais prestigioso ocupar as alas mais próximas aos oragos homenageados. Em Porto Alegre, as querelas atravessaram o período imperial, apesar do empenho do Bispo Laranjeira em suprimi-las.

Durante reunião realizada em outubro de 1888, o irmão Galvão José de Souza, da Devoção da Conceição, apresentou uma proposta à Mesa, que foi aprovada e assinada por 22 irmãos, no seguinte teor:

Nós abaixo assinados, irmãos da Devoção de N. S. da Conceição (...) propomos que enquanto durar a divergência que existe entre esta Devoção e a de São Francisco Xavier, relativamente a competência de lugares que lhe pertence por antiguidade, por ocasião de procissões, deixará esta de comparecer a todos os atos de procissões em que aquela e esta tenham de se encontrar, a fim de evitar desordens entre ambas, e ao mesmo tempo não sofrer esta Devoção acintosos insultos e ser desprestigiada publicamente por quem quer que seja¹⁵

A precedência nas procissões era um importante meio de garantir visibilidade e de demonstração de importância na hierarquia confrarial. A disputa, no entanto, não agradava aos confrades, pois discussões e insultos desprestigiavam publicamente qualquer associação religiosa.

Bem de acordo com as medidas do Bispo Dom Sebastião, como a Portaria de 1866, que nos artigos 8º e 9º previa a organização das alas das irmandades, “de tal sorte unida (sic) que não haja grande espaço de uma para outra, guardando-se sempre o maior respeito e referência”, de modo que nas procissões festivas fosse obrigatório providenciar uma “política da procissão”, “para que este ato se faça com toda a ordem e se evite a confusão e gritaria” (Apud BAREA, 2004, p. 207).

Logo, pode-se inferir que as medidas do Bispo não foram de todo mal vista pelas irmandades, e que estas também não desejavam ser associadas à “confusão e gritaria”. Mesmo assim, estas disputas continuaram ocorrendo, como parte do processo natural de interação entre as associações, especialmente, em relação à posição no cortejo das procissões, disputas que consistiram, de fato, em *tática* de negociação usada pelas irmandades para obter o reconhecimento do Bispo de que eram elas próprias que guardavam os

¹⁵ AHCMPOA, Ata, 21 de outubro de 1888. Livro de Atas da Devoção Nossa Senhora da Conceição, 1886-1900, fl.26-27.

cuidados de arranjos das procissões.

Considerações Finais

A intenção do artigo foi demonstrar que o ultramontanismo implicou a imposição de práticas desconhecidas pela população devota, que acabou lançando mão de mecanismos de negociação para garantir a sua tradicional vivência religiosa da fé. As *táticas* empregadas eram construídas no contato, no cotidiano, através de embates, negociações ou adaptações. Nesse processo, tanto o Bispo usava de persuasão para alterar determinadas maneiras de agir das confrarias, quanto estas se utilizavam de algumas normas ultramontanas para garantir a manutenção de determinadas práticas que eram aceitas pelo Bispo. Existiu, desta forma, um processo de negociação marcado por concessões mútuas, o que nos aproxima das conclusões do estudo de Mara Nascimento, para quem, “na convivência entre os reformadores e a população leiga” houve “uma relação dúbia de concessão” e “oposição sem rebeldia e enfrentamentos” (NASCIMENTO, 2006, p.43). A Igreja não era uma inimiga em si, mas uma instituição a quem as irmandades deviam obediência, pois a ela estavam submetidas. E foi justamente sob a visão e o controle da Igreja que as irmandades buscaram garantir sua movimentação.

As irmandades recorriam ao Bispo como recurso tático para assegurar a sua condição de entidades encarregadas de zelar pela religiosidade católica. Dentre os recursos táticos, pudemos verificar os que envolviam a sinalização de adesão aos princípios do Bispo no que diz respeito ao combate às “confusões” durante as procissões como forma de mantê-las sob o controle da própria confraria; a apropriação do discurso reformador, de respeito e comedimento nos locais santos, como garantia da manutenção do culto público; e, por fim, aqueles que implicavam em recorrer ao Bispo como apaziguador dos conflitos entre as irmandades, para, desta forma, demonstrarem seu respeito à instância eclesiástica, obtendo a consideração que legitimava as práticas religiosas organizadas pelos leigos.

O contato inevitável, enfim, entre os diferentes modos de encarar a expressão da devoção, proporcionou um novo arranjo da sensibilidade religiosa na Porto Alegre do século XIX, já que as irmandades souberam jogar com aquilo que lhes era imposto pelo Bispo, aproveitando criativamente as “maneiras de fazer”.

Referências documentais

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Manuscritos:

Livro de Atas da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, 1878-1901.

Livro de Atas da Devoção Nossa Senhora da Conceição, 1886-1900.

Livro de Receitas e Despesas Nossa Senhora da Conceição, 1866-1882.

Impressos:

Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, 1828.

Compromisso da Arquiconfraria Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, 1883.

Jornal *O Thabor*, abril de 1882.

Referências Bibliográficas

BAREA, Dom José. **História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Porto Alegre: EST, 2004. [1ª ed. 1932]

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vol.1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da Cultura**. Ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Cartografia da sensibilidade: a arte de viver no campo do outro (Brasil, séculos XVI e XVII). In: ERTZOGUE, Marina e PARENTE, Temis (Orgs.). **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 217-248.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira. A Cultura clerical e a folia popular.

Revista Brasileira de História, 1997, vol.17, no. 34, p. 183-202.

GEERTZ, C. Os usos da diversidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, maio de 1999, p. 13-34.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro. 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1978.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha Matriz**. Religião e Política em Tempos de Ferrovia. Santa Maria – Rio Grande do Sul. 1880-1900. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades Leigas em Porto Alegre**. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em História).

PEREIRA, José Carlos. A linguagem do corpo na devoção popular do catolicismo. **Revista de Estudos da Religião**, n.3, 2003, p. 67-98.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. (Orgs.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 09-21.

SAHLINS, Marshal. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SCHAWARCZ, Lilia. Questões de fronteira. Sobre uma antropologia da história. **Novos Estudos – CEBRAP**, n.72, São Paulo, julho de 2005, p. 119-137.

SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

Abstract: This article analyses the interactions between religious brotherhoods and a reformist Catholic bishop in the city of Porto Alegre, capital of Provincia do Rio Grande do Sul, in the XIXth Century. It intends to discover the negotiation tactics of devotion, through Michel de Certeau's theoretical-conceptual framework. Therefore, we can find the assumption of Church's rule and discourses by lay people, bishop's day-by-day relations and his presence in local festivals carried out by brotherhoods, the acceptance of his protection and the competitions among the institutions in order to promote the feeling of religiousness through these festivals. Therefore, in the face of an inevitable contact among brotherhoods and the bishop, we could see - by using Anthropology's framework - that a re-arrangement of religious feelings of people happened

Key-words: Catholic Church. Brotherhoods. Tactics. Porto Alegre. 19th century.

Mauro Dillmann
e-mail: mauro_dillmann@terra.com.br

Artigo recebido em julho de 2008
Aprovado em setembro de 2008